

POSIÇÃO POLÍTICA NACIONAL SOBRE O PODER LOCAL

MOÇÃO SETORIAL – CONVENÇÃO DE 1 E 2 DE FEVEREIRO DE 2025

Objetivo

Aproximam-se as eleições autárquicas com as suas diferentes vertentes para a Iniciativa Liberal: políticas de alianças, candidatos, logística, meios financeiros, programas autárquicos, campanhas, etc. No entanto, para além de todos estes aspetos e salvaguardando a autonomia consagrada estatutariamente aos núcleos, a Iniciativa Liberal deve ponderar ter, nessas eleições, uma posição política nacional sobre o poder local.

Enquadramento

- Portugal tem um peso do Estado excessivo para o seu nível de desenvolvimento, sendo uma (se não a principal) das condicionantes para o seu fraco crescimento económico;
- Cerca de 2/3 da despesa pública estão concentrados na Educação, Saúde e Segurança Social, sendo difícil qualquer redução da despesa pública nestas áreas, inclusive com as propostas da Iniciativa Liberal;
- Tal significa que é para o restante 1/3 da despesa pública que temos de encontrar soluções que suportem as reduções da carga fiscal defendidas pela Iniciativa Liberal;
- Desse 1/3, cerca de 1/3 são despesas com o poder local. Ou seja, o poder local tem relevância quando se analisa a despesa pública total.
- Portugal está pouco descentralizado comparativamente com a média europeia: apenas 13,6% da despesa é decidida a nível local, muito abaixo da média europeia de 29,8%;
- É na pouca descentralização na saúde, educação e ação social que encontramos as razões para essa menor descentralização. Pelo contrário, nas “funções gerais” e nas “outras despesas” os municípios portugueses têm 54% da despesa com o poder local, quando a média europeia é de 34%;
- Há indicadores fortes de que os municípios e as freguesias de Portugal têm muita despesa ineficiente, sendo tal constatável no Município e Freguesias de Lisboa;
- As freguesias como entidades políticas são uma originalidade portuguesa;
- Dos 308 municípios portugueses apenas 36,5% das receitas são próprias ou seja, 63,5% são receitas oriundas do Orçamento do Estado;
- O nível de autonomia fiscal dos municípios é muito baixo. As receitas próprias estão grandemente influenciadas pelas taxas de IMT, IMI e Derrama, determinadas na Assembleia da República. Os benefícios fiscais de âmbito local, a escolha da taxa de IMI entre 0,3% e 0,45%, da derrama entre 0% e 0,9% ou possibilidade de devolução até 5% do IRS têm expressão reduzida;
- Tendo em conta o referido acima e a atual Lei das Finanças Locais, os autarcas portugueses têm mais autonomia na forma de gastar, do que na forma de cobrar. Tal leva a uma desresponsabilização por parte dos autarcas;

- Estão em curso novas delegações de competência dos municípios para as freguesias, em linha com o que aconteceu em Lisboa em 2012, através de uma lei especial para o efeito. Essa lei (56/2012), aprovada na Assembleia da República, delegou nas freguesias, por exemplo, competências na esfera da limpeza urbana (muito interligada com a problemática da recolha de resíduos urbanos), estando aqui a principal causa para o caos que se assiste em Lisboa em tudo o que se relaciona com o lixo. De referir que estamos perante uma delegação de competências obrigatória, nalguns casos para freguesias sem dimensão para tal, com base em decisões do poder central;
- Ora, com base em tudo o acima referido, a atividade do poder local está intimamente influenciada por decisões do poder central, razão pela qual a Iniciativa Liberal deve ter uma posição política nacional sobre o tema.

Sugestão

Sugere-se que se aproveitem as eleições autárquicas para a Iniciativa Liberal aprofundar a sua posição política nacional sobre o poder local. Esta posição pode incluir a definição e clarificação das seguintes áreas, respeitando-se, naturalmente, critérios de oportunidade política que se considerem como os mais adequados:

- Modelo de descentralização;
- Descentralização de competências para os municípios (por exemplo na educação, saúde e apoio social);
- Revisão das competências das freguesias;
- Lei das Finanças Locais;
- Fiscalidade dos municípios;
- Despesa dos municípios e freguesias;
- Potencial agregação de municípios;
- Potencial agregação/desagregação de freguesias;
- Organização política dos municípios e freguesias;
- Outras.

Esta sugestão não pretende cercear os poderes e competências dos diferentes órgãos do partido, que se encontram estatutariamente definidos.

Fontes e links

- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2022 [Anuário dos Municípios Portugueses 2022.pdf](#)
- Conferência do GCL de Lisboa “Descentralização e Finanças Locais” [Debate - Descentralização e Finanças Locais | Iniciativa Liberal Lisboa \(lisboaliberal.pt\)](#)
- Conferência do GCL do Porto (extratos):
 - <https://www.facebook.com/share/v/Le3D7rssDkYUG6Cs/>
 - <https://www.facebook.com/share/v/heHNXkd1rT3H2LvY/>
 - <https://www.facebook.com/share/v/YK1Dc2jP5cZR1KK6/>

- <https://www.facebook.com/share/v/RfF3iSGLmB2iK8hQ/>
- Artigos relacionados - João Graça:
 - [O despesismo da Câmara Municipal de Lisboa – Observador](#)
 - [A importância da redução de impostos – por que a Iniciativa Liberal tem razão – Observador](#)

Assinado por: **João Carlos Batista Vaz Ferreira da Graça**
Num. de Identificação: 07832339
Data: 2025.01.12 18:07:30+00'00'



Número subscritor	Número de membro	Nome
1	209	João Graça
2	7	Pedro Antines
3	8	Sérgio Loureiro
4	121	Filipe Oliveira
5	170	Susana Neto
6	173	Sara Jardim
7	230	Pedro Meneses Simões
8	236	Marcos Ramalho
9	490	Nuno Moller
10	548	Pedro Lancastre
11	613	António Pedro Mata
12	674	André S. Soares
13	677	Gonçalo Santos
14	685	Vasco Figueira
15	700	João Caetano Dias
16	754	José Pedro Barros
17	753	João Pedro Graça
18	757	Tomás Pereira
19	922	Luís Madera
20	1210	Pedro Arteiro
21	1295	Helena Figueiroa
22	1347	José Rosa
23	1383	Luís Nobre
24	1530	Cristina Nunes
25	1671	Pedro Albuquerque
26	1878	Margarida Caldeira
27	2040	Armando G. Pereira
28	2523	Miguel Vargas
29	2623	Catarina Amaral
30	2712	João Simões
31	2948	Flávio Kawakami
32	3718	Nuno Fernandes
33	4022	João Robalo
34	4823	Venício Ponte
35	4608	Pedro Bugarin
36	6098	Ana Goulão
37	6574	Bernardo Teixeira
38	6932	Maria Fonseca
39	7068	Rui Antão
40	7491	Diogo Silva
41	7675	Viviana Moita